

# PLURIATIVIDADE NO CAMPO

## O caso francês(\*)

**Maria José Carneiro**

Um intenso e amplo debate ocupou o meio intelectual e sindical francês (e europeu) no decorrer da década de 80 (ARF, 1984, e Arkleton Research et al., 1988), motivado pela problematização acerca do status teórico e profissional das novas formas de inserção econômica da população rural, sobretudo da originariamente ocupada em pequenas unidades familiares de produção. As atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou por vários membros de um grupo doméstico são reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de “*pluriatividade*”. Motivados para compreender (e sobretudo prever) a dinâmica das mudanças que têm ocorrido no campo francês nas últimas décadas e apreender a natureza das relações entre o mundo rural e a sociedade industrial, os pesquisadores elegem a pluriatividade como objeto privilegiado de análise. No entanto, apesar de reconhecerem a complexidade de significados das atividades não-agrícolas no contexto da exploração familiar, seja no momento atual seja em outros períodos históricos (Garrier & Hubscher, 1988), uma só categoria - a de pluriatividade - é utilizada para designar situações e processos sociais heterogêneos.

A multiplicidade de formas e de situações em que são praticadas as atividades extra-agrícolas é considerada por alguns pesquisadores - principalmente pelos historiadores - como uma evidência da flexibilidade e da grande capacidade adaptativa da pluriatividade aos diferentes contextos econômicos e históricos. Nesses termos se argumenta que tal noção não cabe em esquemas explicativos rígidos pautados por uma só forma de exploração - a pequena produção familiar agrícola (Hubscher, 1988). O debate acadêmico se desenvolve, assim, em duas direções: na tentativa de construir novos modelos de análise para a relação entre a agricultura familiar e a sociedade englobante, e no esforço de descrever as referências empíricas que servem de suporte às argumentações teóricas.

A amplitude do fenômeno sugere questões sobre as condições de reprodução da agricultura familiar - sua permanência como modelo de produção até então privilegiado -, ou sua transformação em outras formas de exploração sustentadas não mais na exclusividade da agricultura, mas na combinação com outros tipos de atividade econômica, dentro ou fora de uma mesma unidade doméstica. Em outros termos, o que se discute é o caráter estrutural e permanente da chamada pluriatividade como condição de reprodução social de uma determinada camada de pequenos agricultores (argumento defendido sobretudo pelos historiadores rurais), ou seu caráter conjuntural, como resposta à crise da agricultura modernizada. Este último argumento aponta para o surgimento de novas categorias sociais no campo (Müller, 1987, Gerbaux, 1988, e Lamarche, 1984).

No entanto, ambas as possibilidades são observadas em regiões e períodos distintos. Entre os viticultores da Provence, por exemplo, as características do tipo de produção permitiriam, ou mesmo exigiriam, a combinação com outras atividades. Os vínculos mais estreitos com o mundo urbano e a possibilidade de precisar um calendário produtivo com um ritmo cíclico e regular de trabalho permitem que o viticultor realize outras atividades econômicas durante uma boa parte do ano, sem riscos para sua produção. A predominância de pequenos proprietários e de unidades produtivas de pequeno porte, associada à oferta de empregos nas proximidades, são condições que favorecem a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas por um mesmo produtor (Rinaudo, 1988). No entanto, o recurso a essas atividades não é homogêneo; pode ser mais intenso em certos períodos e até mesmo abandonado totalmente em outros, dentro de um ciclo de longa duração, variando segundo as condições de produção da uva e de comercialização do vinho (Garrier, 1988).

Regiões desfavoráveis para a intensificação da agricultura e a instalação de grandes explorações capitalistas, como as zonas montanhosas por exemplo, são tradicionalmente espaços abertos à prática de atividades complementares não-agrícolas. Elas são exercidas tanto por parte de pequenos produtores marginalizados pelo processo de modernização - como os “operários-camponeses” - quanto por parte daqueles que pretendem desenvolver uma produção alternativa ao modelo produtivista instaurado pela Quinta República. Para estes, a renda proveniente de atividades associadas à exploração turística ou à comercialização de “produtos da fazenda” (queijos, iogurtes, geléias, sucos de fruta, congelados etc.) permite a permanência no campo e a continuidade da agricultura em regiões até então ameaçadas pela desertificação (Bel, 1987, e Gerbaux, 1988).

Usufruindo das fracas condições de sobrevivência em regiões “sem vocação agrícola”, algumas indústrias se instalaram em vales próximos, já na década de 60, se beneficiando da disponibilidade de mão-de-obra não-especializada, portanto barata, e, principalmente, do baixo índice de militância política (Eizner & Hervieu, 1979). A noção de “dupla atividade” é, então, construída para caracterizar e designar essa população que, para alguns pesquisadores, era a expressão de um processo de diferenciação social em curso, que resultaria no desaparecimento desses pequenos agricultores considerados inviáveis no contexto da modernização. Durante duas décadas (60 e 70) esse fenômeno, então reconhecido como “agricultura de tempo parcial”, foi objeto de estudos e de colóquios entre especialistas, constituindo uma das principais preocupações de estudiosos e formuladores de políticas agrícolas na França.

Nos anos 80 se observa que essas expressões foram paulatinamente sendo substituídas pela noção de pluriatividade, que aponta tanto para a diversidade de situações colho também para a possibilidade de um processo mais permanente, não apenas transitório como se supunha até então.

Como veremos mais tarde, os efeitos do retorno às atividades não-agrícolas por parte da população de pequenos agricultores foram avaliados também no campo da representação profissional e sindical, com conseqüências sobre a política de subsídios e incentivos do governo à agricultura.

No presente artigo percorreremos, Inicialmente, os principais caminhos seguidos por pesquisadores, técnicos agrícolas e representantes sindicais franceses na elaboração dessa noção para, em seguida, examinar os diferentes significados das atividades não-agrícolas praticadas em diferentes contextos históricos e socioeconômicos por pequenos agricultores da aldeia Theys.

## **A aldeia**

Theys é uma pequena aldeia de 1.300 habitantes, situada a 600 metros de altitude, num território conhecido como “o balcão de Belledonne”,<sup>(1)</sup> no sudeste da França. Semelhante a muitas outras aldeias francesas de montanha, ela tem passado por uma intensa transformação, decorrente da incorporação dos hábitos urbanos e da modernização da agricultura. No entanto, sua especificidade reside na capacidade de se adaptar às novas tendências sem, contudo, sofrer a desertificação social e a perda da identidade cultural sustentada na atividade agrícola. É possível que sua posição geográfica, um pouco mais distante das fábricas situadas na planície, e a conformação de seu território - com áreas mais planas que as das aldeias vizinhas - tenham influenciado a manutenção do perfil agrícola de Theys (Carneiro, 1993).

As características do ecossistema e o caráter sazonal das atividades econômicas nas regiões montanhosas são fatores que estimularam as migrações constantes (temporárias ou definitivas) de parte da população em direção às cidades situadas no vale, em busca de atividades complementares, já no século XIX. No entanto, esse movimento foi menos intenso em Theys, o que pode ser explicado também pela existência de diversos tipos de atividade econômica não agrícola na própria aldeia. No final do século XIX, foi constatada a instalação de pequenas oficinas, que desenvolviam atividades diretamente orientadas para as novas indústrias situadas no vale e na cidade de Grenoble, como a fabricação de luvas, a lapidação de pedras sintéticas para relojarias e as serrarias. Além destas se destacam também as minas de ferro e a criação doméstica do bicho-da-seda. Todas essas atividades serviram de suporte às famílias de agricultores, ocupando principalmente mulheres e jovens, até a metade deste século.

Atualmente, a expansão da atividade turística - promovida pela instalação de uma estação de esqui em 1972 e pela revalorização da natureza decorrente das novas preocupações ecológicas - abre alternativas de trabalho para os

jovens, contribuindo para a estabilidade da população local e para a continuidade da atividade agrícola.

### **Pluriatividade no debate técnico-político**

Se a especialização profissional é um fenômeno universal na sociedade francesa, as discussões sobre as implicações jurídicas, econômicas e sociais acerca das diversas atividades remuneradas de um mesmo trabalhador encontram, no meio agrícola, seu objeto privilegiado.

Já no início dos anos 60, se observam as primeiras críticas de sindicatos agrícolas e de organizações profissionais ao exercício de atividades complementares à agricultura. Destacase a posição do sindicalismo dominante - a FNSEA (Federação Nacional dos Produtores Agrícolas) e o CNJA (Centro Nacional de Jovens Agricultores) -, que, na década de 70, expressava claramente seu repúdio a esse tipo de prática. Na defesa de uma posição coerente com a política de modernização, essas entidades rejeitavam o que acreditavam ser o retorno a formas atrasadas de produção. Em nome de uma agricultura profissional, ou seja, capaz de manter os agricultores e nutrir a população, acusava-se os duplo-ativos e, posteriormente, os pluriativos, de não serem *verdadeiros agricultores*.

Em decorrência da ingerência dessas organizações nas estratégias de reprodução desses pequenos produtores, as atividades não-agrícolas foram desaprovadas e condenadas. Em nome de uma “racionalidade empresarial”, fundada na especialização da produção e em uma concepção de “*métier de agricultor*”, foi atribuída uma avaliação negativa às formas alternativas de produção que não respondiam ao modelo produtivista implantado pelo governo.

Responsabilizadas pelo fraco desenvolvimento tecnológico das unidades de produção que as praticavam, as atividades não-agrícolas passaram a ser vistas como um freio ao desenvolvimento da agricultura e acusadas de provocar uma “concorrência desleal” em relação aos agricultores que não recorriam a fontes complementares, forçando para baixo o preço dos produtos e da terra. Compartilhando dessa óptica, a FNSEA recusou, por opção política, esse modelo de exploração. Defendeu, ao contrário, que a unidade de produção baseada na mão-de-obra do casal devesse produzir uma renda que permitisse manter aqueles que nela trabalhavam (Clerc, 1984).

A posição do sindicalismo dominante era de maior visibilidade e de maior efeito sobre a ação do governo no campo, ainda que as organizações econômicas ligadas à agricultura, como o Banco de Crédito Agrícola, não fizessem, de início, distinção entre os pluriativos e os agricultores integrais. Ao contrário, a posição destes consistia em encarar a renda proveniente de uma atividade extra-agrícola como uma garantia suplementar para os empréstimos concedidos aos pequenos agricultores (Gueslin, 1988). No entanto, essa posição foi se transformando aos poucos, de acordo com as restrições colocadas pelo governo à dupla inserção no mercado de trabalho e ao estímulo à especialização da atividade agrícola, voltada para a rentabilidade crescente.

Esse tipo de avaliação predominou no meio técnico-político durante os anos 70. Mas a crise de superprodução agrícola na Europa, que ameaçava fortemente de desertificação o campo francês, levou o sindicalismo dominante a rever sua posição, passando a aceitar a chamada pluriatividade *de complemento* nas regiões consideradas “desfavorecidas”, ou seja, aquelas que não ofereciam condições para a instalação da agricultura empresarial.

O relatório do senhor Louis Besson datado de 1982, solicitado pelo governo francês, denota essa mudança de avaliação. Ele justifica o recurso às atividades não-agrícolas como uma estratégia fundamental para o equilíbrio demográfico e ecológico das regiões ameaçadas pelo abandono e pela desertificação.

Um dos organismos socioprofissionais mais comprometido com o movimento modernizador da agricultura da década de 60, o CNJA, se tornou condescendente com a pluriatividade exercida pelos jovens que esperam sua vez de assumir a responsabilidade pela propriedade paterna. Considerou também o lugar das atividades complementares na manutenção da atividade agrícola em pequenas propriedades e, em consequência, na preservação do meio ambiente. Assim, gradativamente, o agricultor pluriativo se tornou ao mesmo tempo modelo e solução para o futuro da agricultura em “zonas desfavorecidas”(2). A aceitação e mesmo a adesão a essa forma alternativa de exploração, que não se sustentava mais exclusivamente na atividade agrícola, se estenderam para além da categoria dos agricultores tidos como “inviáveis” ou “marginalizados”, passando a atrair também aqueles que, após terem realizado o modelo modernizados, começaram a sofrer os efeitos de seu esgotamento. É assim que o recurso às atividades não-agrícolas

tomou significados políticos tão importantes quanto sua função econômica: de resistência à ação elitista da política de modernização agrícola francesa e de questionamento do modelo produtivista instituído como o único e o mais eficaz. Uma outra implicação política, decorrente das anteriores, consistiu na elaboração de uma nova identidade profissional e social do pequeno produtor. Essa inovação se sustenta em uma redefinição das formas de inserção no mercado, provocando a divisão dos interesses e das forças políticas.

Para alguns sociólogos mais engajados politicamente, uma nova categoria social estaria se constituindo no campo: o “empresário rural”. Essa denominação responde, a nosso ver, ao interesse da sociedade em dar um status profissional a esse novo tipo de produtor, já que o termo “pluriativo” (3) não designa uma profissão e é carregado de conotações negativas. A categoria “empresário rural” surge, assim, para nomear uma nova profissão no campo, equivalente à de “verdadeiro agricultor”. Responde-se, dessa maneira, à lógica da sociedade moderna de enquadrar um grupo diversificado e heterogêneo de trabalhadores em um estatuto profissional. Estaria, assim, formalizada a existência jurídica de uma categoria profissional garantindo-lhe, em consequência, os direitos sociais adequados.

É interessante notar que dentro desse modelo de produtor não há espaço para o “operário-camponês”, que permanece excluído do novo estatuto. Nem os técnicos agrícolas, nem os representantes dos agricultores em diversos organismos, reconhecem a situação de operário-camponês como forma de pluriatividade. Isto pode ser explicado pelo fato de a situação de assalariado apresentar uma contradição ao ideal de autonomia do camponês - aquele que gerencia sua própria força de trabalho. No entanto, esse valor, estruturados da cultura camponesa, seria recuperado pelos “empresários rurais”. A condição do operário-camponês, nesse sentido, não traria nada de “moderno”, na medida em que esse trabalhador perde tanto a autonomia necessária a um empresário quanto a capacidade de inovar em formas alternativas de produção de renda.

De fato, a situação ambígua e contraditória vivida pelo operário-camponês impõe limites ao desenvolvimento econômico de sua unidade produtiva e restringe sua “liberdade” enquanto produtor. Disso resulta um conjunto de representações sociais depreciativas, que são interiorizadas pelos próprios trabalhadores, como expressa um operário aposentado que se reconhece como agricultor: “Nós [os duplo-ativos] somos como uma árvore desenraizada que está ali (...), que vegeta no meio dos operários”.

### **Pluriatividade no debate acadêmico**

Um dos traços característicos desse debate é sua interdisciplinaridade, que comporta tanto uma perspectiva histórica quanto análises de economistas rurais, agrônomos, geógrafos e sociólogos.

Com o objetivo de demonstrar a antiguidade da prática de atividades não-agrícolas como um dos mecanismos de sobrevivência dos camponeses nos séculos XVIII e XIX, (4) alguns historiadores realizaram uma releitura de estudos que não tinham como meta elucidar essa questão, de maneira específica. No entanto, os estudos recentes com base nas descrições das múltiplas atividades desenvolvidas pelos camponeses no passado, nos induzem a outra reflexão. Trata-se da adequação ou não do termo “pluriatividade” para identificar esse conjunto de práticas diversificadas, que caracterizavam muito mais um estilo de vida, unia cultura ou mesmo um modo de sobrevivência de uma extensa camada da população rural do que uma nova forma de exploração agrícola.

Se o provérbio evocado por Lucien Febvre para designar o homem do campo na montanha é um indicador desse modo de vida - “*enfant de bonne aire, par lui sait tout faire*” (Mayaud, 1988, p. 143), cabe perguntar até que ponto a utilização da noção de pluriatividade, no sentido de fonia específica de trabalho que boje se atribui a ela, é adequada às unidades agrícolas do passado. Ou, ainda, em que medida essa diversidade de ocupações - que, segundo L. Febvre (em Mayaud, 1988), não é limitada às atividades complementares à agricultura, permitindo que a mesma pessoa realizasse tarefas de ferreiro, carroceiro ou ferrador - é um elemento constitutivo da identidade social de algumas cansadas do campesinato de antigamente? Em outros termos, que especificidade o termo “pluriatividade” empresta ao campesinato do século passado? Que fenômeno social ele designa?

Ainda que a pluriatividade agrícola não tenha constituído o objeto de estudo específico dos historiadores, suas pesquisas atestam que diferentes formas de trabalho foram associadas à agricultura, ao longo dos séculos. Para Hubscher (1988), essa constatação é vista como uma prova do caráter permanente e estrutural da pluriatividade no

campo francês. Marcando, assine, sua contribuição, os historiadores que alimentam esse debate reforçam a necessidade de considerar tal fenômeno em um período longo. Eles acreditam que, assine, estariam respondendo às questões colocadas por pesquisadores de outras disciplinas, quando estes encaram a pluriatividade como uma consequência da crise atual da agricultura e, portanto, um fenômeno recente e transitório.

No entanto, se percorrermos atentamente a bibliografia sobre o assunto, seremos levados a concluir que essas atividades não-agrícolas podem tão bem ser consideradas um fenômeno antigo, ou um recente. Por exemplo, se nós as definirmos como “todos os rendimentos exteriores à unidade de produção familiar”, ela sempre esteve presente na sociedade rural, como demonstram os estudos históricos (Cazzola, 1988). Mas, por outro lado, podemos considerá-las um fenômeno recente se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade.

### **A heterogeneidade das situações sociais**

Com o resultado de um processo historicamente datado, que começa com o estabelecimento de um modelo único de exploração agrícola, sustentado em especialização da produção (e do trabalho) e em produtividade e rentabilidade crescentes, a pluriatividade de hoje se distingue daquela que era praticada durante o período protoindustrial. Nesses termos, o recurso às práticas não-agrícolas é uma recriação de uma parte da população rural, para afrontar as crises geradas pela política de modernização agrícola implantada pela Quinta República.

Para acompanhar essa argumentação é necessário, inicialmente, admitir que a noção de pluriatividade designa fenômenos de diferentes qualidades, na medida em que respondem a questões distintas e historicamente datadas. Podemos até mesmo inferir que esse termo é uma criação recente do vocabulário técnico, da qual o campo acadêmico se apropriou. Assine, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho.

Podemos compreender, portanto, por que a pluriatividade não chegou a constituir um campo de estudo específico para os historiadores: ela não era reconhecida como fenômeno à parte, na medida em que tais atividades se confundiam com as numerosas práticas cotidianas do mundo camponês. Nesse sentido, pensarem uma comunidade rural na qual predominariam categorias sociais exclusivamente agrícolas recolocaria em questão a própria noção de sociedade rural, “visto que as sociedades puramente agrícolas - supondo que tenham existido - só são encontradas depois da generalização das relações capitalistas e após a simplificação efetuada por estas nas classes sociais, ao menos na primeira fase de expansão do capitalismo agrário” (Cazzola, 1988, pp. 25-6).

Ao contrário, dificilmente se aplicaria a noção de pluriatividade a um contexto no qual a dinâmica de reprodução se apóia na prática da policultura, no exercício de diversas formas de artesanato e em trabalhos efetuados para terceiros. As referências às múltiplas ocupações vão desde a adoção temporária de “crianças assistidas” (Désert, 1988), passando pelo tipo clássico do camponês-operário, até o moderno agricultor-monitor de esquí. Uma tal diversidade de relações de trabalho e os diferentes significados que elas podem assumir em contextos, épocas e lugares distintos, nos revelam uma heterogeneidade de fenômenos escondida sob uma só etiqueta. Seria conveniente, então, indagarmos se essa “plasticidade” atribuída à pluriatividade não seria justamente um dos obstáculos a uma delimitação mais rigorosa de um campo de observação tão difuso.

No Brasil, por exemplo, a noção de pluriatividade só é formulada em estudos muito recentes, sobretudo voltados para a Região Sul do país, onde a relação entre trabalho industrial e trabalho agrícola vem se tornando uma alternativa para pequenos agricultores (Schneider, 1994, e Anjos, 1995). No entanto, Seyferth (1987), pioneira no estudo da categoria dos colonos-operários, nos informa que o recurso às atividades assalariadas por parte de membros de famílias de colonos, principalmente mulheres e crianças, em Santa Catarina, é bem antigo, datando do início do século. Porém, é somente a partir da década de 30 que o trabalho nas indústrias passa a compor a reprodução camponesa, configurando uma situação em que a lavoura complementa os salários e institucionalizando a agricultura de tempo parcial. Além destes, outros autores que se dedicaram ao estudo da reprodução social de trabalhadores rurais se referem ao recurso freqüente às atividades remuneradas fora da agricultura como um dos mecanismos de suas estratégias de vida, sem contudo distinguir nessa prática um fenômeno social específico, como fazem os estudiosos franceses analisados no presente artigo.(5)

Retornando às questões levantadas pelos pesquisadores franceses, restaria interrogar quanto à possibilidade de avançar em um debate teórico ao se tratar de objetos e de realidades tão distintas, que não caberiam em uma definição única. Mas, mesmo assim, não podemos ignorar os progressos resultantes dos esforços de alguns pesquisadores, sobretudo dos historiadores, na intenção de elucidar o conteúdo heurístico dessa noção (Hubscher, 1984 e 1988). A principal contribuição dos estudos históricos reside, a nosso ver, na demonstração da complexidade das formas de reprodução social no campo. Suas pesquisas confirmam que os processos sociais não seguem uma só direção, nem oferecem um só tipo de resposta. Ao contrário, se observa a coexistência de processos distintos, às vezes contraditórios. O emprego dos camponeses nas fábricas, por exemplo, tanto pode significar uma condição ao acesso à terra, garantindo, assim, um equilíbrio demográfico no campo (Désert, 1988), quanto uma transição para a proletarianização, com distintas respostas de acordo com o contexto socioeconômico e as estratégias familiares.

A constatação da grande capacidade adaptativa e da diversidade das finalidades (6) das práticas não-agrícolas nos sugere que a compreensão de seus significados se encontra fora delas - nas condições de reprodução dos grupos sociais que as praticam. Parece-nos que se delimitarmos o objeto de estudo pela noção de pluriatividade estaremos deslocando o foco de análise. Assim procedendo, em vez de valorizar os agentes sociais, estaríamos atribuindo a qualidade de sujeito a um conjunto de práticas, cuja heterogeneidade - de forma, de significado e de contexto - impede que possamos delimitar criteriosamente nosso verdadeiro campo de estudo.

A falta de especificidade e de valor heurístico dessa noção nos orienta para a construção de um objeto de estudo centrado não mais em um conjunto de ações individuais, mas nas condições de reprodução social no campo. É importante considerar que o significado de tais atividades para a reprodução da exploração familiar e do grupo doméstico varia de acordo com quem as pratica: os filhos, a esposa, ou o chefe da unidade produtiva. Esse assunto nos remete à questão da atomização profissional dos membros das unidades domésticas agrícolas, na medida em que a prática da pluriatividade coloca em xeque o modelo de exploração agrícola dominante na França, baseado na fórmula: 1 exploração = 1 família = 1 renda.

### **Pluriatividade e crise da agricultura produtivista**

Alguns autores identificam no trabalho fora da unidade produtiva uma alternativa ao modelo produtivista centrado na simbiose entre família e exploração. Assim, o reaparecimento das atividades não-agrícolas associadas à exploração agrícola, nos tempos atuais, traduziria a ação de duas forças aparentemente contraditórias: a produção individual de renda e a manutenção do caráter unitário da economia doméstica (Lacombe, 1984). Nesse contexto, a produção agrícola seria apenas uma das atividades produtoras de renda que integram a economia das famílias, nessa nova forma de organização do trabalho e da economia no campo. O que caracterizaria a nova unidade não seria mais a organização coletiva da produção e do consumo, mas *a capacidade de gerar coletivamente o capital econômico, social e cultural, em vista da reprodução biológica e social dos indivíduos*. Esse tipo de interpretação coloca em evidência a relação entre o exercício das atividades não-agrícolas e a dinâmica das relações intrafamiliares. Resulta, então, a seleção de uma outra unidade de observação adequada à compreensão desses fenômenos: a família, e não mais os indivíduos ou a unidade de produção, pura e simplesmente. No entanto, ao selecionarmos a família como campo de observação, nos parece necessário levar em conta outros critérios: a fase de desenvolvimento do ciclo doméstico e a lógica das relações intrafamiliares, segundo o contexto histórico-social no qual são praticadas. Como o peso da renda agrícola na reprodução social é variável, e a manutenção da exploração responde frequentemente às motivações de ordem cultural ou subjetiva - como, por exemplo, a preservação do patrimônio familiar e da identidade social -, (7) nos restaria a tarefa de buscar compreender o significado das práticas não-agrícolas nas estratégias reprodutivas das famílias de agricultores (Delord & Lacombe, 1984).

A pluriatividade é considerada, por alguns autores, um produto da contradição gerada pelo progresso técnico. A mecanização transformou a atividade agrícola em uma atividade individual, exercida pelo chefe. Assim, se reduz a especificidade das unidades produtivas que não são mais engajadas exclusivamente na agricultura (Lacombe, 1984). Ao seguir essa tendência, a maioria das explorações agrícolas de caráter familiar na França deve ser considerada pluriativa, já que haverá sempre algum membro do grupo doméstico que trabalhe fora da unidade de produção.

### **A emergência de uma nova categoria social?**

Finalmente, se observa que o debate deságua em uma outra questão. Ao considerar a pluriatividade como uma “nova perspectiva de reprodução social” (Lamarche, 1984), os autores inserem a questão em outro debate, mais amplo e complexo, que discute a articulação das unidades de produção com o sistema nacional, de acordo com as condições de produção no nível local. As reflexões se orientam na direção de descobrir o status social do pluriativo. Trata-se de uma nova categoria social?

Se a pluriatividade for entendida como um fenômeno que ultrapassa a necessidade de uma resposta à crise atual da agricultura, a tendência é considerar o pluriativo como embrião de uma nova camada social, “moderna”. Retomando H. Lamarche, essa nova categoria social se distinguiria das outras por ser portadora de um sistema de valores próprios, que não corresponde nem ao urbano nem ao rural. Assim, é por meio dela que se operam as grandes transformações da sociedade rural. O aprofundamento do estudo sobre seus mecanismos e suas lógicas de reprodução estaria, assim, justificado.

Para Gerbaux (1988) e para Müller (1987), essa nova maneira de resolver o problema da sobrevivência no campo, sobretudo na montanha, corresponderia a uma concepção alternativa de trabalho e de modo de vida. As estratégias profissionais tradicionais estariam dando lugar a uma estratégia “empresarial”, na qual o produtor - o “empresário rural” - é “chefe de si mesmo”. Essa nova categoria social teria, paradoxalmente, recuperado a autonomia camponesa de gerar as múltiplas oportunidades de rendimento que o campo lhe oferece. De tal combinação resultaria o “camponês-empresário”, que pode executar tanto atividades de transformação e de comercialização de produtos agrícolas quanto atividades no setor de turismo, de artesanato e mesmo de administração municipal (Müller et al., 1988).

Nessa perspectiva, para ultrapassar a crise decorrente da modernização, o agricultor deve reinventar sua profissão, demonstrando uma grande capacidade criativa que lhe permita permanecer no campo. Inventando uma nova lógica de funcionamento da unidade produtiva e de distribuição da capacidade de trabalho, essa nova “profissão” se constrói sobre um novo referencial, que não é mais inspirado pelo saber técnico do “agricultor moderno” dos anos 60. As formas de trabalho se caracterizam aqui pela “âncora territorial”, e a reprodução social está vinculada a um sistema de redes interdependentes, fundado nas relações pessoais entre o agricultor e seus clientes (Gerbaux, 1988). Considerando que cada produtor constrói sua própria rede, a nova categoria surge como uma alternativa e um questionamento ao corporativismo agrícola, estimulando novas formas de organização coletiva (Müller, 1987). Em uma vertente dessa reflexão se encontra Pernet (1982), que interpreta esse processo como uma forma de resistência dos camponeses à marginalização e ao conseqüente desaparecimento, previsto pelos técnicos da política de modernização.

### **Atividades não-agrícolas e reprodução social da agricultura**

Para compreendermos o significado das diferentes atividades não-agrícolas praticadas nas pequenas unidades familiares de produção é necessário que distingamos as situações em que elas ocorrem e que identifiquemos as condições de produção. Tomando como referência as informações provenientes das entrevistas, genealogias e histórias de vida dos agricultores, identificamos três conjunturas econômicas e sociais no período de um século, ao longo do qual o recurso às atividades não-agrícolas assume funções distintas.

No entanto, esses períodos não correspondem exatamente aos cortes feitos pela história. Ainda que possamos encontrar algumas coincidências em certas características das fases que distinguimos com os cortes mais genéricos, nossos dados se reportam a uma história vivida pelo grupo que estudamos.

### **A economia camponesa polivalente**

O primeiro contexto corresponde ao período que precedeu as mudanças sociais e de infraestrutura vividas pela aldeia entre as duas guerras mundiais. Nós consideramos os anos 30 como sendo aqueles que marcaram a passagem para uma nova conjuntura. Como nossas informações se baseiam sobretudo na memória dos informantes, situamos o início dessa fase no começo do período produtivo da quarta geração de agricultores entrevistados, isto é, por volta de 1880/90.

Nesse período, o recurso às atividades não-agrícolas não era considerado algo excepcional, uma ruptura com o modelo de reprodução do campesinato. Ao contrário, essa conjuntura se caracterizou pela polivalência das economias camponesas baseadas na combinação de “microproduções agrícola com outras fontes de renda: a produção artesanal, as atividades florestais e diversas formas de trabalho remunerado”, exercidas na mesma aldeia, na mesma família ou por um mesmo indivíduo (Collomb, 1986, p. 190). No entanto, como o tipo de atividade não revela por si só seu significado para os grupos domésticos que a praticam, se torna necessário conhecer a lógica das estratégias familiares para completar a análise.

Podemos distinguir nesse período dois tipos de estratégia familiar. Uma, a predominante, consistia em garantir a reprodução da exploração, mantendo ao menos um filho na atividade agrícola - geralmente, o mais velho. Aos demais, excluídos da partilha da herança, cabia aprender uma outra profissão para conquistar, dentro ou fora da aldeia, um lugar que o nascimento só conferia ao mais velho. A lista de profissões era muito diversificada: ferrador, ferreiro, lapidário, pedreiro, marceneiro, carroceiro, luveiro... Nesses casos, as atividades não-agrícolas eram uma consequência natural do sistema de transmissão dos bens familiares, já que a ideologia de preservação do patrimônio familiar sustentava, ao mesmo tempo, a escolha de um só herdeiro e a inalienabilidade da parte cultivável da propriedade.

O segundo tipo de estratégia familiar consistia em manter uma pequena propriedade, na qual se desenvolvia uma agricultura residual, ao lado de uma outra atividade econômica mais importante: carpintaria ou marcenaria, principalmente. Essa prática era comum nos grupos domésticos constituídos pelos filhos de agricultor excluídos do processo sucessório. Como se tratava de uma camada da população varal cuja identidade social de agricultor estava fortemente ameaçada, a manutenção da atividade agrícola, ainda que irrisória, parece responder muito mais a motivações de ordem cultural e ideológica do que econômica.

Nesse período, a prática de atividades não-agrícolas era função dos seguintes fatores: o tamanho da propriedade, a composição do grupo doméstico e o capital cultural acumulado pela família. Assim, o filho de um artesão ou de um tropeiro dificilmente se tornaria um agricultor em tempo integral. Mas, como essas variáveis não são estáveis nem dentro do mesmo grupo doméstico, uma unidade familiar podia se tornar pluriativa em certa fase de desenvolvimento do ciclo doméstico - quando os filhos adultos ainda residiam com os pais - e retornar a uma situação exclusivamente agrícola em outra fase - quando só o sucessor permanecia residindo na casa paterna.

Em suma, no final do século XIX e no início do século XX, as atividades não-agrícolas tiveram efeitos aparentemente opostos, mas complementares, como instrumento de diversificação profissional nas unidades domésticas sem condições de manter mais de um filho na agricultura. Quando praticadas como suporte material à realização da identidade camponesa, então ameaçada, eram a expressão de uma fase de transição que conduzia o grupo familiar ao abandono da atividade agrícola. A exploração agrícola funcionava, nesses casos, como um apêndice de outras atividades econômicas, e a lógica de reprodução dos grupos domésticos não repousava mais sobre a produção agrícola. Mas, em outros contextos, os rendimentos oriundos dessas atividades podiam significar uma condição fundamental para a reprodução do sistema doméstico baseado no sistema parcelar.

Assim, as atividades econômicas não-agrícolas exercidas pela população de pequenos produtores podiam levar tanto a uma situação de equilíbrio de uma categoria social quanto à extinção da exploração e à transição para outras formas de inserção social e econômica.

### **As atividades não-agrícolas em unidades produtivas estáveis**

O segundo contexto corresponde à época em que a força de trabalho começa a se individualizar no seio do grupo doméstico. Isso significa, inicialmente, um maior controle dos jovens sobre a renda que obtinham fora da exploração familiar. Esse contexto se prolonga dos anos 30 até os 70, quando se completa, na região, o movimento de modernização das estruturas produtivas. Em contraste com o período anterior, durante o qual o chefe da unidade produtiva administrava coletivamente os recursos provenientes do trabalho extra-doméstico individual, nessa nova conjuntura as rendas individuais cessam de ser incorporadas à renda global do grupo doméstico. Mas essa característica inovadora, fruto de mudanças nas relações intrafamiliares provocadas pela reestruturação da sociedade no período pós-guerra, se estabelece sob a lógica social predominante na conjuntura anterior; isto quer dizer que as



trajetórias individuais permanecem subordinadas aos interesses coletivos. O destino profissional dos membros da família era ainda traçado pelo pai, que controlava a sucessão e a continuidade da exploração.

No início desse período, os tipos de atividade complementar não se distinguiam dos anteriores, porque ainda não haviam ocorrido mudanças na sociedade local que favorecessem o aparecimento de outras práticas econômicas.

Assim, até os anos 50, a reprodução da força de trabalho era garantida localmente por uma racionalidade que não contrariava os valores e a dinâmica da sociedade camponesa. Mais tarde, porém, o trabalho operário surge como alternativa a essas atividades e termina por se impor às outras formas de trabalho complementar. A partir desse momento, exercer uma atividade paralela passa a significar a transformação em um operário-camponês. Uma nova lógica de reprodução social e das unidades produtivas começa a sustentar essa articulação entre o trabalho operário e a condição camponesa: para a manutenção do grupo familiar, o trabalho fora da exploração se torna o mais importante, e a atividade agrícola gradativamente assume um caráter acessório para uma camada de pequenos proprietários.

F. Weber (1986) considera que a expressão “*travail à côte*”, utilizada pelos operários duplo-ativos para designar as atividades desenvolvidas em um pequeno pedaço de terra, acentua o caráter central da fábrica e o significado lúdico do trabalho complementar. No entanto, no contexto da aldeia estudada, essa expressão é utilizada para definir o conjunto das atividades que ajudam a manutenção da unidade produtiva e os membros do grupo doméstico; ela não inclui, portanto, nenhum conteúdo lúdico. Por isso, raramente é utilizada pelos agricultores para designar a atividade operária - o que aponta para o caráter central do trabalho operário em relação ao trabalho agrícola. As expressões “*travailleir à côte*” ou “*faire quelque chose à côte*” servem, sobretudo, para designar as atividades sazonais, o que supõe uma subordinação destas à atividade agrícola, ao menos no nível da intenção. É necessário esclarecer que os duplo-ativos da comunidade de Theys se distinguem daqueles a que se refere F. Weber. Entre os primeiros, a referência agrícola, tanto em termos econômicos quanto em termos culturais, é muito mais forte do que no segundo caso, no qual a reprodução social está sustentada exclusivamente no trabalho assalariado.

Ainda que o sistema de funcionamento das fábricas (em três turnos) se adaptasse bem às necessidades do trabalho agrícola, a mudança de ordem cultural que ele provocava subvertia a vida social local. (8) Os valores fundastes da identidade camponesa - como o ideal da autonomia camponesa -, preservados nas relações de trabalho do período precedente, passam a ser colocados em questão pela subordinação direta da força de trabalho ao capital. Resulta disso uma crise de identidade, vivida sob a forma de isolamento pessoal e discriminação social. De um lado, esse isolamento é consequência da dificuldade vivenciada por essa nova categoria social em encontrar seu lugar, em uma comunidade que ainda se identifica culturalmente como agrícola; de outro, é uma defesa contra a discriminação decorrente do fato de não ser considerado um “verdadeiro agricultor”, e tampouco um “verdadeiro operário”.

A forma assalariada de pagamento da força de trabalho, combinada com as modificações do modelo de exploração agrícola, introduz uma nova lógica nas relações intrafamiliares. O salário da fábrica, permanecendo inteiramente sob controle do filho sucessor, permitia uma acumulação individual que poderia ser investida tanto na exploração como na construção de uma residência para o novo casal. (9) Assim, o trabalho assalariado se torna o símbolo da autonomia dos jovens em relação à autoridade familiar e também permite neutralizar os conflitos entre gerações causados, em grande parte, pela contradição entre os projetos individuais e os interesses coletivos. Na nova lógica, em que é dada prioridade à nuclearização econômica e social da nova unidade familiar, é freqüente que a renda extraagrícola seja investida na construção de uma unidade residencial independente para a jovem família.

Neste contexto, foram observados três tipos de estratégia familiar, que implicam diferentes significados da dupla atividade na dinâmica da reprodução da unidade de produção.

No primeiro caso, a atividade agrícola era privilegiada como base da reprodução social do grupo doméstico. O salário decorrente do trabalho operário exercido pelo filho sucessor era utilizado como fonte de investimento na produção. Com o dinheiro acumulado antes de assumir a chefia da unidade produtiva, o sucessor podia iniciar um novo estilo de produção, orientado para o modelo de exploração-empresa.

O segundo tipo consistia em manter a situação de duplo-ativo como uma possibilidade de preservar o funcionamento da exploração agrícola por mais tempo, mesmo quando ela não era economicamente viável. Essa

alternativa era adotada pelos proprietários cuja área não era suficiente para implantar o projeto de modernização. A atividade agrícola se tornava, então, um apêndice do trabalho operário. Esse deslocamento da agricultura para uma posição secundária é traduzido pela transmissão do status de chefe da unidade produtiva para a esposa. A exploração agrícola é mantida com um duplo sentido: complementar o salário, e manter uma identidade social sustentada pelo patrimônio fundiário e pelo trabalho agrícola. Nestes casos, a motivação ideológica para a continuidade da atividade agrícola se sustentava muito mais no interesse por preservar a integridade da propriedade familiar do que nos resultados materiais que se pudessem dela tirar.

Alguns duplo-ativos tiveram êxito em aumentar a área agrícola, alugando terras de vizinhos já aposentados, necessitando investir parte do salário da fábrica na mecanização da produção. A dupla-atividade, nesses termos, resultou na recriação e no reforço do sistema parcelar de produção.

Investir na formação de um capital cultural para os filhos era outro fator que impulsionava o pequeno produtor a procurar um trabalho assalariado. O tamanho reduzido da propriedade não permitia oferecer as condições de vida adequadas para os membros do grupo familiar. Privilegiar a formação profissional dos filhos longe do meio agrícola era uma opção que se inseria em uma perspectiva de abandono, a curto termo, da exploração. Esses jovens, liberados da responsabilidade de manter o patrimônio familiar, puderam alcançar níveis de escolarização mais elevados que outros, cujos pais tentavam preservar o funcionamento da unidade produtiva.

### **O retorno à economia polivalente**

O terceiro período (de 1970 a nossos dias) se caracteriza pela finalização do processo de individualização da força de trabalho nas famílias agrícolas. O principal efeito dessa mudança sobre a organização intrafamiliar é a autonomia de seus membros face aos projetos coletivos da família. Esse processo de individualização dos filhos de agricultores tem conseqüências sobre a composição da renda familiar. Aqui, os projetos profissionais e os rendimentos individuais permanecem sob a responsabilidade de cada indivíduo. Mas não se pode negar, apesar disso, o papel que a família continua a preencher como organizadora da reprodução social do grupo doméstico.

Esse contexto sócio-econômico é marcado por uma conjunção de crises que conduz à redefinição do valor da propriedade familiar. A pressão exercida tendo em vista aumentar o preço da terra, conseqüência da expansão do turismo a partir dos anos 70, vai se conjugar à crise do modelo de exploração baseado na especialização do produto e na produtividade. Na situação resultante, as atividades não-agrícolas deixam de ocupar o lugar de complemento da renda familiar ou de mecanismo de reprodução das unidades produtivas. Agora, novamente diversificadas, se convertem em condição para a permanência de parte da população no campo e, conseqüentemente, para a continuidade da exploração agrícola, mas sob novos padrões.

Assim como no passado, uma estrutura produtiva polivalente tende a se reinstalar na montanha, e os agricultores que permanecem concluem não ser mais possível manter suas propriedades sobre uma base exclusivamente agrícola. As atividades não-agrícolas se impõem como alternativa econômica e social, tornando viável a instalação de um sucessor que, numa conjuntura precedente, teria recusado a agricultura em favor do trabalho assalariado. As opções oferecidas pelo turismo de inverno se combinam com o corte de madeira no outono e a substituição de operários em férias nas fábricas, ou em pequenas empresas do vale, durante o verão. Assim, os filhos de agricultor não buscam mais trabalho permanente nas fábricas, como faziam no passado. Tornar-se operário deixa de ser uma alternativa desejável e se transforma em profissão desdenhada. Na nova conjuntura, os mesmos valores que conduziram à recuperação das sociedades locais e à reelaboração da noção de “natureza” induzem os filhos de agricultor a compartilhar o ideal urbano de vida e de trabalho ao “ar livre”, onde os valores de “liberdade” e “autonomia” do trabalhador são supostamente respeitados. Assim, a vida na montanha deixa de ser qualificada de “atrasada” e “desconfortável”, para assumir a imagem de qualidade de vida desejável. As atividades não-agrícolas associadas à agricultura assumem, assim, um outro significado: passam a representar não apenas uma saída econômica para a crise, mas também uma alternativa de vida, com a possibilidade de realizar valores rurais que, paradoxalmente, foram recuperados pela população urbana. A amplitude do fenômeno modifica as relações sociais que sustentam a sociedade local e cria novas condições para a reprodução social, favorecendo, assim, a manutenção da população no campo (Carneiro, 1995).

Dentro dessa nova forma de exploração rural se encontram também os que haviam tido sua base econômica ancorada exclusivamente na agricultura e agora passam ao exercício de atividades múltiplas. São produtores cuja propriedade é de tamanho suficiente para realizar uma atividade agrícola regular e cobrir parte considerável das despesas familiares. Então, os rendimentos provenientes de atividades temporárias exercidas pelo chefe da unidade produtiva em estações de esquí, ou no exercício de uma profissão independente carpinteiro, lenhador, ou locador de chalés, são geralmente investidos na mecanização da produção. Esse tipo de pluriatividade tem em comum o fato de permitir que os produtores permaneçam dedicados à produção durante quase toda a estação produtiva, guardando certa autonomia sobre sua força de trabalho, o que os distingue fundamentalmente dos operários-camponeses.

Observou-se também que as atividades não-agrícolas podem exercer o importante papel de dinamizar unidades produtivas anteriormente consideradas “marginais”, viabilizando uma rentabilidade maior da produção agrícola. É o caso de agricultores que conjugam produção e transformação do produto bruto em produto mais valorizado - como, por exemplo, a fabricação de queijos.

Mas, por outro lado, nas pequenas propriedades em que a base dos meios de subsistência vem de uma atividade não-agrícola, a tendência é utilizar a propriedade como um grande quintal, cuja produção complementa o salário do operário. Trata-se de explorações que, por razões diversas, não tiveram sucesso em manter uma base produtiva efetiva dentro das novas condições de produção e cuja trajetória familiar levou à marginalização da atividade produtiva. A mecanização de algumas tarefas produtivas, necessária para a continuidade da atividade agrícola, se torna possível graças ao salário da fábrica. Mas, ao contrário do que acontece com outros tipos de pluriativos, o investimento desses operários na produção agrícola não tem o objetivo de rentabilizá-la. O esforço para manter a unidade produtiva em funcionamento responde muito mais à estratégia de conservar o patrimônio familiar do que à de desenvolver uma atividade produtiva eficaz.

## Conclusão

A partir da análise do debate em torno da noção de pluriatividade, tanto no campo técnico e político quanto no campo das ciências sociais, tentamos demonstrar, com a ajuda de uma pesquisa realizada junto a pequenos produtores de uma aldeia dos Alpes, que a pluriatividade engloba fenômenos sociais distintos. Tal diversidade, presente ao longo da história, torna inadequado o emprego dessa noção para designar e qualificar situações sociais tão heterogêneas.

Observamos que os termos “pluriatividade” e “pluriativos” só ganham significado na atualidade, ou seja, no contexto da política de modernização da agricultura e da sociedade francesa do pós-guerra, quando foi elaborada a categoria profissional de agricultor. Passando a ser reconhecido como representante de uma “profissão como outra qualquer”, o *verdadeiro agricultor* é aquele que vive exclusivamente da agricultura, se distinguindo do camponês - muito mais um estilo de vida do que uma profissão - e do *pluriativo*. Nesse sentido, argumentamos que esta última categoria deve ser entendida como um produto da crise da política de especialização da atividade agrícola. Formulada em meio aos agentes da modernização (técnicos do governo e representantes sindicais), essa noção foi importada pelos dentistas sociais, o que contribuiu para a ambigüidade que lhe é inerente. É importante, portanto, estarmos atentos de que a utilização desse termo tem conotações políticas e sociais que podem contribuir mais para obscurecer os fenômenos do que para explicá-los.

Vimos também que o recurso às atividades não-agrícolas por parte dos agricultores de hoje coloca em xeque o modelo de empresa familiar sobre o qual a política de modernização se sustentou. Assim, elas podem ser interpretadas como um fator de resistência, transitória ou não, às situações de crise da agricultura, ou como uma alternativa ao modelo produtivista.

Novas formas de organização da produção são fundadas sobre produção em pequena escala, sobre o autoconsumo e sobre a máxima redução possível dos custos de produção. Sem poder enfrentar a concorrência do mercado, devido ao aumento das despesas e à queda dos preços, o produtor das áreas desfavorecidas tende a se tornar definitivamente um *pluriativo* por definição, enquanto o *verdadeiro agricultor*, em contrapartida, se torna cada vez mais um personagem do passado.

Em conclusão, para apreender a complexidade desse fenômeno é fundamental aprofundarmos o estudo dos

mecanismos e das lógicas de reprodução social dos grupos domésticos, em diferentes contextos históricos e sociais. Para orientar a análise nessa direção, sugerimos selecionar como campo de observação não mais os indivíduos ou as atividades por eles realizadas, mas a família, levando em conta as fases do ciclo doméstico, a lógica das relações intrafamiliares e os valores subjacentes.

## NOTAS

\* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 16º Encontro Anual da ANPOCS realizado em Caxambu, em 1992, no GT Processos Sociais Agrários.

1. Belledonne é uma das cadeias formadoras nos Alpes, nos arredores da cidade de Grenoble. O termo “balcão” se deve à forma arredondada do platô, que se interpõe como um patamar intermediário entre a planície e os picos das montanhas.

2. A noção de “zonas desfavorecidas” foi instituída na França, em 1970, para definir os territórios que deveriam receber ajuda especial para a manutenção dos agricultores, em vista das ameaças de desertificação social. Em 1989, a Comunidade Econômica Europeia aprovou a extensão dessa classificação para 1.500.000 hectares da Supertide Agrícola útil (SAU) francesa, o que representava 45 por cento do total da SAU nacional (Alphandéry et al., 1989).

3. O termo “pluriativo” é normalmente utilizado por diversas fontes (agricultores, técnicos e pesquisadores) para designar a multiplicidade de atividades econômicas que são realizadas, conjuntamente com a agricultura, por um mesmo indivíduo. No entanto, observamos que essa categoria traduz muito mais o caráter sazonal das ocupações do que a quantidade delas. Um agricultor que tem uma ocupação fixa, mas sazonal - por exemplo um lenhador, ou um profissional de esqui -, será considerado pluriativo, mesmo que combine apenas uma atividade à agricultura.

4. O período coberto pelas pesquisas históricas que se referem às atividades extra-agrícolas exercidas pelos camponeses é variável. Alguns autores descrevem essas práticas no final do Antigo Regime (ver Garrier & Huhscher, 1988). As provas da antiguidade desse fenômeno ultrapassam as fronteiras do campo acadêmico. Louis Qesson, por exemplo, cita documentos do século XV para reforçar seu argumento a favor de uma tradição da pluriatividade em zonas de montanha (ver Besson, 1982).

5. A título de ilustração, cabe citar os trabalhos de H. Lovisolo, 1989; Garcia Jr., 1989; e Neves, 1988, entre outros.

6. Hubscher (1988, p. 49) reconhece, a partir do material de diversas pesquisas, que a pluriatividade responde a diferentes finalidades, que poderiam ser assim classificadas: “de necessidade”; “de independência”, “de ascensão social”; e de “manutenção ou reconstituição do patrimônio”.

7. A existência, nas explorações familiares, de mecanismos econômicos que não resultam unicamente da nacionalidade do funcionamento das empresas, mas de lógicas familiares, foi confirmada por outros autores, como B. Kayser (1990), que se refere à interferência de tutores como as estratégias patrimoniais e de alianças, além da orientação escolar e profissional.

8. Eizner & Hervieu (1979) já tinham observado o efeito transformador provocado por essa população de duplo-ativos sobre as contradições sociais, políticas e ideológicas das sociedades rurais.

9. O costume de residência patrilocal do filho sucessor foi gradativamente transformado, com a recusa crescente das mulheres em vivenciar a situação de subordinação às sogras, pressuposta por tal prática. A residência independente para a jovem família. Nesse contexto, foram observados três tipos de estratégia familiar, que implicam diferentes significados da dupla-atividade na dinâmica de reprodução da unidade de produção.

## BIBLIOGRAFIA

ALP HANDÉRY, Pierre et al. (1989), *Les champs de départ*. Paris, La Découverte.

ANJOS, Flávio S. dos. (1995), *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas, UFPEL.

ARF (Association Ruraliste Française). (1984), *La pluriactivité dans les familles agricoles*. Paris, ARF.

ARKLETON RESEARCH, INRA & IAM. (1988), *Rural Change in Europe, Research Programme on Farm Structures and Pluriactivity*. The Arkleton Trust (Research) Ltd. Proceedings of the Montpellier Colloquium, 6/10 de julho de 1987.

ASSIER-ANDRIEU, Louis. (1992), “Scénaires de la transition dans les Pyrénées catalanes françaises”, in M. Godelier, pp. 205-38.

- BARTHEZ, Alice. (1982), *Famille, travail et agriculture*. Paris, Economica.
- \_\_\_\_\_. (1984), "Femmes actives hors de l'exploitation familiale", in *ARF*, 1984, pp. 21-22.
- BEL, Françoise. (1987), "Hypothèses sur le fonctionnement de la pluriactivité en zone de montagne. Le tas des hautes vallées savoyardes", in *Arkleton Research et al.*, 1987, pp. 209-21.
- BESSION, Louis. (1982), "Rapport au nom de la commission d'enquête sur la situation de l'agriculture et de l'économie rural dans les zones de montagne et défavorisés". *Journal Officiel* 757, 7 de abril.
- CARNEIRO, Maria José. (1993), *Les paysans des Sept Laux: la construction d'un nouvel ordre social*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, datilo.
- \_\_\_\_\_. (1995), "Modernização e sociabilidade em uma aldeia dos Alpes franceses". *Comunicações do PPGAS-MN* 6.
- CASAUX, Lise. (1988), *Pluriactivité et travail saisonnier en montagne: difficultés juridiques, propositions*. Rapport à Monsieur le Président de la Fédération Pyrénéenne d'Economie Montagnarde.
- CAZZOLA, Franco. (1988), "La pluriactivité dans les campagnes italiennes: problèmes d'interprétation", in *G. Garner & R. Hubscher*, 1988, pp. 19-30.
- CLERC, Francois. (1984), "La pluriactivité contre l'exploitation familiale?", in *ARF*, 1984, pp. 25-34.
- COLLOMB, Gérard. (1986), "La pluriactivité agricole en zona de montagne: esquisse d'une approche anthropologique", Comité du Massif des Alpes du Nord et la Datar, Recueil des Interventions des Journées sur la Politique de la Montagne, Grenoble.
- COUJARD, Jean-Louis. (1988), "Diversité et diversification: une réhabilitation ambiguë", in *M. Jollivet*, 1988.
- DAVID, Jean. (1984), "De la multiactivité individuelle à la complémentarité des revenus ménagères agricoles", in *ARF*, 1984, pp. 233-40.
- DELORD, Bernard & LACOMBE, Philippe. (1984), "La multiactivité des agriculteurs, conjoncture ou structure?", in *ARF*, 1984, pp. 157-80.
- DÉSERT, Gabriel. (1988), "L'essentiel et l'accessoire? Des Bas-Normands en quête d'emplois", in *G. Garrier & R. Hubscher*, 1988, pp. 59-78.
- EIZNER, Nicole & HERVIEU, Bernard. (1979), *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris, L' Harmattan.
- GARCIA Jr., Afrânio. (1989), *Sul, o caminho do roçado*. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB, MCT CNPq.
- GARRIER, Gilbert. (1988), "Das vignes sans vigneron? Limites à la pluriactivité dans la viticulture française", in *G. Garrier & R. Hubscher*, 1988, pp. 121-42.
- GARRIER, Gilbert & HUBSCHER, Ronald (org.). (1988), *Entre faucilles et marteaux*. Lyon/Paris, Presses Universitaires de Lyon, Maison des Sciences de l'Homme.
- GERBAUX, François. (1988), "Le problème de l'entrepreneur rural en montagne", *Bolletín Technique d'Information* 431/432. Paris, Ministère de l'Agriculture, pp. 399-404.
- GODELIER, Maurice (org.). (1991), *Transitions et subordinations au capitalisme*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme.
- GUESLIN, A. (1988), "Du rejet à la tolérance: les pluriactifs face à la profession (années 1960-1980)", in *G. Garrier & R. Hubscher*, 1988, pp. 201-31.
- EIZNER, Nicole. & HERVIEU, Bertrand. (1979), *Anciens paysans, nouveaux ouvriers*. Paris, L' Harmattan.
- HUBSCHER, Ronald. (1984), "La pluriactivité: un impératif ou un style de vie", in *ARF*, 1984, pp. 75-86.
- \_\_\_\_\_. (1988), "Une nouvelle clé de lecture des sociétés rurales: l'exemple du Nord de la France", in *G. Garrier & R. Hubscher*, 1988, pp. 33-58.

- JOLLIVET, Marcel (org.). (1988), *Pour une agriculture diversifiée*. Paris, L'Harmattan.
- KAYSER, Bernard. (1990), *La renaissance rurale*. Paris, A. Colin.
- LACOMBE, Philippe. (1984), "La pluriactivité et l'évolution des exploitations agricoles", in ARF, 1984, pp. 35-54.
- LAGRAVE, Rose-Maria. (1988), "Diversité et reproduction des exploitations", in M. Jollivet, 1988, pp. 104-8.
- LAMARCHE, Hugues. (1984), "La pluriactivité agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés'?", in ARF, 1984, pp. 195-202.
- LOVISOLO, Hugo. (1989), *Terra, trabalho e capital: produção familiar" e acumulação*. Campinas, Unicamp.
- MAYAUD, Jean-Luc. (1988), "De l'étable à l'établi: permanence des adaptations dans la montagne jurassienne", in G. Garrier & R. Hubscher, 1988, pp. 143-59.
- MÜLLER, Pierre. (1987), "Un métier né de la crise: l'exploitant rural". *Sociologia do Trabalho* 4: 459-75.
- MÜLLER, Pierre et al. (1989), *Les entrepreneurs ruraux: agriculteurs, artisans, commerçants, élus locaux*. Paris, L'Harmattan.
- NEVES, Delma. (1988), *Engenho e arte*. Tese de doutorado. UFRJ/PPGAS, Rio de Janeiro, datilo.
- PERNET, Pierre. (1982), *Resistances paysannes*. Grenoble, PUG.
- RINAUDO, Yves. (1988), "Le vigneron provençal, de la cave à l'atelier", in G. Garrier & R. Hubscher, 1988, pp. 99-120.
- SALITOT, Michelle. (1988), "Les pratiques successorales des agriculteurs: uniformité ou diversité", in M. Jollivet, 1988, pp. 155-163.
- SCHNEIDER, Sérgio. (1994), *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Unicamp, datilo.
- SCHNETZLER, Jean. (1976), *Les industries et les hommes dans la région de Saint-Etienne*. Lille, citado por R. Hubscher, 1984.
- SEYFERTH, Gualda. (1983), "Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança". *Revista do Museu Paulista*, dezembro: 73-96.
- \_\_\_\_\_ (1987), "Aspectos da proletarização do campesinato do vale do Itajaí: os colonos-operários", in S. Leite Lopes, *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*, pp. 127-45. São Paulo, Marco Zero.
- \_\_\_\_\_. (1992), "Trabalho assalariado, trabalho artesanal e campesinato". *Comunicações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional*. 1:127-45, Rio de Janeiro, UFRJ.
- WEBER, François. (1986), "Le travail hors de l'usine". *Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales* 3, dezembro: 13-36.